

DE JUAZEIRO A LADEIRA DA BARRA:

A inusitada trajetória da expedição Pires Ferreira

Manoel Neto

Historiador e pesquisador do CEEC/UNEB

A proclamada falta de memória brasileira, quase um consenso, merece ressalvas. A classe dominante não descuida de suas ilustres biografias. A historiografia oficial é laudatória e reverenciadora. Monumentos, logradouros públicos e prédios cuidadosamente escolhidos estampam referências luminaras.

Assim é que D. Leopoldina virou trem, o venerável Imperador D. Pedro II nomeia uma estação do decadente sistema ferroviário nacional e a quase centenária Guerra de Canudos mereceu registros na castigada cidade do Salvador, praça poética do irreverente Cuíca de Santo Amaro, poeta popular que espicçou reputações e espinafrou governantes mediocres na porta do elevador Lacerda.

No quartel do Forte de São Pedro, ergue-se majestoso, o busto do inditoso Mal. Machado Bittencourt, ministro da guerra à época do conflito sertanejo, depois assassinado pelo imprudente anspeçada Marcelino.

Já no outrora aristocrático bairro da Barra, onde aliás está situado o local de desembarque do cortejado Tomé de Souza, numa transversal da famosa ladeira que serpenteia o antigo arrabalde, localiza-se a rua Tenente Pires Ferreira, comandante da 1ª Expedição Militar a Canudos. Ciosa, a elite baiana que criou também o Comitê Patriótico, para cuidar dos feridos da batalha, imortalizou o "combatente de Uauá".

Justiça, entretanto, seja feita. O Cel. Moreira César, o Treme-Terra, Corta-Cabeça, tornou-se avenida em Niterói-RJ. A bandeira baiana não tremula sozinha no panteão dos heróis.

O Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, oficial-comandante do 9º Batalhão de Infantaria, acompanhado de três oficiais, 113 praças, 01 médico, 02 guias e uma ambulância, partiu dia 06 de novembro de 1896, da estação ferroviária da Calçada, para ingressar na história. Embora constante de todos os registros documentais e historiográficos disponíveis sobre o tema, a denominada Expedição Pires Ferreira, colocou-se na retaguarda da azeda experiência do Cel. Tamarindo e da indigesta catástrofe em que resultou a investida de Moreira César sobre Canudos.

Melhor analisada, revista, revela-se passagem curiosa, singular, dentro do episódio. Sua constituição, itinerário, composição humana e retirada da cena do combate, delineia um perfil violento, patético, quase hilário.

A conjuntura política da Bahia, revolvida por duas forças políticas poderosas e sagazes, permeou o envio de tropas governamentais a Canudos, entrelaçavam-se em denso cipoal de calúnias, vitupérios, ameaças, interesses inconfessáveis, disputas paroquiais, dissensões pessoais e insaciável ambição política, os grupos liderados pelo Governador Luís Viana e pelo ex-governador José Gonçalves, principais protagonistas. Antes mesmo, ainda no governo de Rodrigues Lima, o arraial de Bello Monte já agitava a vida social do Estado, mobilizando a imprensa e a opinião pública. Esclarece o prof. José Calasans que “pelos colunas dos três principais diários de Salvador, o Jornal de Notícias, o Diário da Bahia e o Diário de Notícias, entre 1893 e 1895, lia-se, com insistência, noticiário sobre o Conselheiro e seu povoado”.⁽¹⁾

Em 1896 a situação atingira seu clímax. Mesmo a missão religiosa enviado ao reduto sertanejo em 1895 sob o comando do atrapalhado e reacionário capuchinho, frei João Evangelista do Monte Marciano, atizara nas caatingas o terço e a tolerância. Vociferava o desnorteado e apoplético religioso italiano: “O desagravo da religião, o bem social e a dignidade do poder civil pedem uma providência que restabeleça no povoado dos Canudos o prestígio da lei, as garantias do culto catholico e os nossos foros de povo civilizado”.⁽²⁾ Contudo, Canudos, não era o mais grave problema do Estado. Informa o historiador Marco Antonio Villa que “as profundas modificações ocorridas no Brasil nas últimas três décadas do século XIX tiveram grande repercussão na Bahia. Desde os últimos anos do Império, a província já demonstrava sinais de decadência econômica e o centro-sul, mais especificamente as áreas cafeeiras, transformara-se no principal pólo econômico do país.”⁽³⁾ De fato. Embora a politicagem, a corrupção e a incessante luta pelo poder tivessem primazia sobre os reais interesses do governo e da população, o anacronismo e esgarçamento da estrutura sócio-econômica do estado mostrava-se bastante acentuado. A

penúria, a fome e as doenças atormentavam a população nos centros urbanos e na zona rural. A Bahia era triste e dessemelhante. Ainda assim, o *inocente* governador da Bahia, o conselheiro Luís Viana, afirmaria ao repórter da Gazeta de Notícias, em entrevista concedida a Favila Nunes em 07 de agosto de 1897: “Canudos é um desses acidentes que de quando em vez aparecem e para os quais, concorrem múltiplas causas sem que a providência completa dos homens e dos governos possa prever”.⁽⁴⁾ Quão desatento deveria andar o nobre Conselheiro governador!. Por sua vez, a oposição capitaneada pelo dr. José Gonçalves, que também já fora governo, pressionava. Eivada de inopinada convicção e fidelidade republicanas apontava conspiração monarquista nos sertões baianos, comandada por Antônio Conselheiro e apoiada e tolerada pelo outrora correligionário, agora investido no Poder. É no epicentro dessa barafunda política que vai se constituir a Expedição Pires Ferreira.

Incidente desvalioso, denominou Euclides da Cunha, o estopim da crise canudense. O fato já é sobejamente conhecido. Também bastante lembrado é o telegrama do trêfego juiz Arlindo Leone: relatava a iminente invasão de Juazeiro pelas hordas conselheiristas. Urgia, pois, o envio imediato de tropas para salvaguardar propriedades, reputações e as almas apascentadas do burgo juazeirense.

A situação das tropas baianas era risível, corrigindo, era verdadeiramente trágica. Em artigo denominado “Canudos: O Jogo das Oligarquias”, a professora Consuelo Novaes Sampaio registra: “Não resta dúvida que o contingente militar da Bahia era insuficiente para cobrir a vastidão territorial do estado. Em 1891, quando a força pública foi aumentada para 1600 homens (no Império variou entre 800 e 1.200), criou-se novos municípios, chegando-se ao total de 120. Segundo cálculos realizados, caberia a cada município apenas 10 praças, e à capital, 400, inclusive oficiais.”⁽⁵⁾

Prossegue ainda, meticulosa, a historiadora: “A absoluta falta de recursos financeiros do estado fez com que o aumento efetivo se realizasse em detrimento de soldo que, na época, foi comparado ao que ganhava um pedreiro: mil e seiscentos réis (l\$600)”.⁽⁶⁾ Pago, aliás, com grande atraso. Mal paga, submetida a precaríssima condição de sobrevivência, a tropa estadual era o retrato fiel da miséria que grassava no seio do povo.

O aviltamento da vida significava a imersão sem controle na violência, no abastardamento moral, na cumplicidade criminosa. O descabro social era inescrupulosamente usado pelas forças políticas hegemônicas, para perseguir, oprimir e eliminar adversários pessoais e políticos. É precioso, neste particular, a observação de jornalista e político alagoano, Costa Rego: “Os abusos de

autoridade se repetiam tão frequentemente e foram de tal sorte estes abusos, que os sertanejos, por fim temiam mais a polícia do que os bandidos”.⁽⁷⁾ Um juiz de direito, atuante na Comarca de Urubu, na Bahia, oficiava ao Governador do Estado informando sobre um crime ocorrido em uma fazenda situada em área da sua jurisdição, declarando que fora “praticado pela força pública, ao lado da capangagem, dirigida pelo feroz cadete Araújo, a serviço dos dominadores”.⁽⁸⁾ De pires na mão, desregrada, eis a tropa do tenente Ferreira!.

Em que pese enfrentar focos belicosos nas Lavras Diamantinas e no sul da Bahia, dispor de pequeno efetivo militar e sofrer as agruras da crise política, econômica, moral e social que inquietava o território baiano, o governador Luis Viana resolveu atender ao dr. Arlindo Leone. Atendia, em verdade, pleitos antigos da Igreja Católica, do latifúndio (especialmente o Barão de Geremoabo) e das elites políticas, sociais e, mesmo, intelectuais baianos. Tornara-se, inadiável, exterminar o “bárbaro e incompreensível inimigo”.

Ao partir de Salvador e alcançar Juazeiro, pela via férrea, cumpria a Expedição Pires Ferreira seu destino pré-determinado. Às margens do São Francisco, impacientes, pois, o ataque das forças conselheiristas não se consumava, resolvem ir de encontro aos supostos sitiados. O depoimento do dr. Antonino José Alves, médico que acompanhou a tropa é elucidativo: “Acceitei a comissão concio de que aquarteláramos no Joazeiro e caso nos afastássemos, iríamos á Petrolina, onde se achava nossa outra força de linha, á qual acompanhava nosso collega, conforme geralmente se dizia. Mas qual não foi a minha surpresa, quando os Snres. Juiz de Direito e Te., me declaram que no dia seguinte seguiríamos em perseguição da horda de fanáticos capitaneada pelo pernicioso Antonio Conselheiro”.⁽⁹⁾ O Dr. Antonino hesita em cumprir as ordens atentando para a “longa viagem de 40 legoas e ao reaparecimento de beriberi que me accommetera em março do corr. anno e do qual não me achava totalmente restabelecido...”.⁽¹⁰⁾ O médico, encarregado da saúde e do atendimento emergencial da Expedição, estava convalescendo!.

Saindo de Juazeiro os militares tiveram que enfrentar e conviver com os ásperos caminhos sertanejos, em condições adversas, penosas mesmo, como atesta o médico convalescente: “Desde aquelle acampamento (Juazeiro) dei principio ao exercicio de minha profissão, medicando o cabo João Antonio do Nascimento, que fôra acommetido de dysenteria assim como durante a viagem outras praças acommetidas de diarrhéa, como o soldado Modesto: de febre palustre, como o soldado conhecido por “Cavalaria”, de gastro-interalgia, como o soldado Cassemiro, o inditoso Alfes. Coelho, que sofria de colica hepatica e outras praças cujo nome ignoro, lutando com grande dificuldade pela falta de recursos que auxiliassem o tratamento e alimentação apropriada, dando graças

ao Altissimo pelo restabelecimento dos doentes.”⁽¹¹⁾ Até alcançar Uauá a trôpega tropa marchou penosos 150 quilômetros. Passaram pela Lagoa do Boi, Carablinhas, Mari, Mucambo, Rancharia, o tenente Pires Ferreira e seus enfermos e diarréicos subordinados. Enfrentando dificuldades no comando, porquanto estremeado com o Alferes Coelho e o próprio dr. Antonino, o chefe da expedição cometia outros erros perigosos: exauria a tropa numa marcha não planejada e em terreno sobejamente conhecido pelo inimigo, isolava-se de apoio estratégicos valioso, encaminhava-se para combater um contendor desconhecido, obscuro. Tinhosos, como depois se comprovou, os combatentes de Bello Monte espreitavam...

Uauá, na descrição do escritor Edmundo Moniz “era um povoado com cerca de duzentas casas em duas ruas que desembocavam numa praça onde havia feira aos sábados, vendendo-se, como especialidade local, courinhos curtidos e redes de caroá. Á noite, as trevas eram entrecortadas pelo luzir impressionante de milhares de vaga-lumes que deram nome ao lugar. A maioria dos habitantes era partidário fervoroso de Antônio Conselheiro, estando praticamente em sua órbita de influência”.⁽¹²⁾ Mesmo posto em dúvida a afirmação de Edmundo Moniz, quanto a adesão da gente de Uauá ao sonho conselheirista, cabia ao comandante da missão militar, recomendar prudência redobrada e atenção. Não as teve. Recorrendo ainda ao relatório do controvertido dr. Antonino, intitulado *Memória da Diligência a Canudos*, comprova-se a ingenuidade ou insensatez do oficial no comando. Lamentava-se o esculápio: “Depositava confiança em todos, explicava o mecanismo de nossa arma; e, se porventura lhe prevenia da saída de algum positivo a avisar aos bandidos de nossa chegada em algum pouso, como sucedeu em Carahybinha, dizia estar eu assombrado.”⁽¹³⁾

Corroborando as inquietações do médico, destaca-se o depoimento de Manoel Ciríaco, antigo combatente de Canudos, ao jornalista Odorico Tavares em 1947. “Veio do Norte, um espião avisar que as tropas vinham em caminho, acabar com Canudos. A jagunçada arregimentou-se e, de madrugada chegamos a Uauá, onde a coisa foi bem feita.”⁽¹⁴⁾ Embora não fossem infundados os temores e desconfianças, no dia 20, véspera do ataque, escreve o tenente que “*passou-se sem incidente notável, a não ser o abandono do arraial à noite e furtivamente por quase todos os habitantes* (grifo nosso). Das informações que colhi, consta que assim procederam com receio da gente de Antônio Conselheiro.”⁽¹⁵⁾ Os habitantes do lugarejo abandonam apressada e disfarçadamente casas, pertences e isso não alarma o tenente. Acreditar que fugiam com receio “da gente de Antonio Conselheiro” soa estranhíssimo. Antonio Conselheiro já se constituía numa figura pública e suas andanças e escaramuças anteriores foram amplamente divulgadas. Sua gente, sabia-se, era a reunião dos esbulhados e oprimidos da região. Fugiam, sorrateiros, os

moradores da cidade, de seus parentes, compadres e amigos!. Descuidado ou estulto, avaliava mal o comandante. Mais agravante, o fato constatado ainda no dia 20, pelo incansável e loquaz médico expedicionário: “No dia 20, ouvindo eu alguns praças declararem que quasi todo armamento se achava em condições de não poder funcionar, dirigi-me ao alferes Marques Porto, previni-o d’ isto, e depois de dar elle suas ordens a fim de que o armamento fosse limpo, procedeu a revista”.⁽¹⁶⁾ Gente arredia, armas em mau estado de conservação e nada de notável acontecia. Finalmente, no dia 21, pela madrugada, os “soldados” de Bello Monte, assaltavam resolutos, organizados em singular procição, o acantonamento dos “increús”. Estabelecia-se, sangrento, o 1º fogo previsto pelo Conselheiro e a pacata Uauá, transformava-se em violento território de combate. O próprio tenente Pires Ferreira descreve o ataque destacando a “incrível ferocidade” dos assaltantes e a forma pouco convencional como organizavam suas manobras, isto é, usando apitos. A celeridade e rapidez com que a luta se deu propiciou vantagem inicial aos conselheiristas. Adentraram ao arraial onde ocuparam algumas casas. A lógica, entretanto, prevaleceu. Armados e municiados com equipamentos mais modernos e letais, os soldados do 9º Batalhão de Infantaria impuseram pesadas baixas as forças belomontenses. A crueza do combate foi inegável, sendo que o uso de armas como “facões de folha-larga, chuços de vaqueiro, ferrões ou guiadas de três metros de comprimento, foices, varapaus e forquilhas, sob o comando de Quinquim Coiam” utilizados em lutas de corpo a corpo produziam cenas dantescas. Foram entre 04 e 05 horas de pânico, sangue, horror e gestos de bravura e pânico. Contabilizadas as baixas de ambas facções, os números determinavam a vitória militar das tropas governamentais. No relatório oficial, Pires Ferreira informa que pereceram na batalha, dentre as hostes conselheiristas “cento e cinquenta, fora os feridos”.⁽¹⁷⁾ Quanto aos seus comandados, detalhou: “Foram victimas Alferes Coelho, sargento Hemetério, cabos Manoel Francisco, anspeçada Bommfim, soldados Herculano-Ferreira, Victoriano José dos Santos e João Chisostomo por excederem-se na luta honrando assim o nome do batalhão e do Exército Nacional.”⁽¹⁸⁾

As pesadas baixas impostas ao inimigo não serenou os ânimos da tropa, vivamente assombrada pela superioridade numérica do adversário e pela determinação com que combatiam. A resolução do comando, opta pela retirada com imediato retorno a Juazeiro. ressalve-se, que o tenente Pires Ferreira, no seu relatório, menciona que o dr. Antonino Alves dos Santos, perdera o uso da razão durante o combate. Contraditória e curiosamente, porém, os relatos escritos por ambos convergem em alguns aspectos.

Sobre os motivos da retirada, com retorno a Juazeiro, declarou o lúcido oficial em telegrama expedido de Juazeiro para o comando do Distrito Militar em Salvador: “Regressei hontem a noite de Uauá por falta absoluta

de meios de alimentação e tratamento das praças como também pelo estado sanitario pessimo, devido a grande numero de cadáveres de bandidos insepultos”.(grifo nosso)⁽¹⁹⁾ Abordando a mesma questão, a retirada, escreveu o *ensandecido* médico, no seu sempre instigante relato: “Cerca de 2 horas depois de terminado o combate (ainda me achava em tratamento dos doentes) o Snr. Ten. comunicou-me a retirada que ia fazer (receioso de que o inimigo mandasse reforço) e como eu concordei, *attendendo ás más condições hygienicas da localidade, a escassez dos meios urgentes para o tratamento dos doentes, á alimentação apropriada e regressamos a Joazeiro, onde com mais segurança podia eu pôr em prática as indicações cirurgicas exigidas*”.(grifo nosso)⁽²⁰⁾

O lúcido oficial procura o médico duas horas após o combate, em que o mesmo, mostrou-se “desarranjado das faculdades mentaes”, para comunicarlhe a iminente retirada. Este, estranhamente, produz relatório posterior descrevendo fatos, que sua insanidade mental anterior, não lhe permitiria reproduzir, inclusive evidenciando compatibilidades em aspectos nevrálgicos, com o relatório do oficial. Haviam dois loucos, dois mentirosos e farsantes, ou apenas um amedrontado soldado tentando salvar a pele?

A leitura dos documentos não permite uma conclusão cabal. Causam indagações e especulações, contudo, revelações e coincidências existentes nos relatos. Havia, segundo o médico, contencioso pessoal derivado de situação anterior, entre ele e o tenente Pires Ferreira.

As incongruências e peculiaridades dos relatórios revelam aspectos estruturais da missão militar que transcendem a possível dissensão pessoal entre o médico e o oficial comandante. São aspectos que dizem respeito ao planejamento e organização da Expedição. Revelam-se, gritantes, falhas na logística e na intendência. Um médico ainda convalescente de beribéri, soldados em precaríssimo estado de saúde e a alteração de estratégia planejada de forma improvisada e inopinada mudaram radicalmente o curso dos acontecimentos. Os estranhos caminhos da História, determinaram o 21 de novembro de 1896, na insípida e modorrenta Uauá no final do século XIX.

Impressionado pela superioridade numérica dos adversários, desamparado moral e materialmente na solidão aterradora das caatingas e perturbado pelo silêncio pestilento dos mortos, o comandante, decide bater em retirada.

A análise dos números não o impressiona. Entre mortos e feridos as baixas inimigas superam em muito sua macabra contabilidade. Impressionado, isto sim, as armadilhas hostis da população, os caminhos obscuros e desconhecidos, a agressividade suicida dos contendores. A vitória militar

parcial, transitória, não restabelece a serenidade nem recupera moralmente a tropa. O pânico invadira irremediavelmente a alma dos soldados maltrapilhos, superticiosos e doentes. O pânico invadira a alma do comandante.

Embora os relatórios oficiais não mencionem, a despedida de Uauá, reflete a desagregação do grupo. Ainda no lugarejo “cuja população era hostil a expedição, os soldados saquearam todas as casas, apanharam o dinheiro que encontraram e, em seguida, incendiaram o arraial”.⁽²¹⁾

O retorno não foi dignificante. “No dia 25 de novembro, estropiados e com botas e fardas em frangalhos, os expedicionários entram em Juazeiro, de onde o tenente comunica-se diretamente com seu superior, o General Solon Ribeiro. Nos primeiros dias de dezembro, o oficial que chefiou a primeira expedição, também conhecida como Expedição Pires Ferreira, voltou ao Quartel da Palma e ao 9º Batalhão de Infantaria ao qual pertencia.”⁽²²⁾ Melancolicamente, a vida retornava, a rotina.

Para a opinião pública a Expedição sofrera humilhante derrota. Para as altas patentes militares, oficiais superiores do comandante, Pires Ferreira e seus comandados foram vitoriosos e honraram a Pátria. Para os combatentes canudenses “moleque que não ficou morto, correu pelas caatingas, que fazia pena.”⁽²³⁾

Outras expedições militares foram enviadas a Canudos. A cidade rebelde que Pires Ferreira não alcançou, engoliu sôfrega, Moreira César, Tamarindo e muitos outros. Tombou, em chamas, no dia 05 de outubro de 1897.

Ironicamente, Canudos, exumou seus agressores. Mesmo o tenente Pires Ferreira, obscuro oficial do 9º Batalhão de Infantaria, galgou a imortalidade. Sua acidentada aventura sertaneja não o afastou do litoral e do mar azul de Salvador. É nome de uma obscura transversal da Ladeira da Barra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1.CALASANS, José. O Relatório do Frei João Evangelista, p. 5, Prefácio. CEB-UFBa, nº 130,1987.
- 2.MONTE MARCIANO, João Evangelista do. Frei. Relatório apresentado em 1895, pelo reverendo Frei João Evangelista do Monte Marciano, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antônio “Conselheiro” e seu séquito no Arraial dos Canudos, 1995. Ed.Facsimilada. Apresentação José Calasans, Salvador: CEB-UFBa,1987. p. 8.
- 3.VILLA, Marco Antonio. Canudos O povo da terra. São Paulo, Ática, 1995. p. 109.

- 4.GALVÃO, Walnice Nogueira. No calor da hora. a guerra de Canudos nos jornais, 4ª Expedição. São Paulo: Ática, 1977. pág.140.
- 5.SAMPAIO, Consuelo Novais. Repensando Canudos: o jogo das oligarquias. Revista da FAEEBA- Revista da FAEEBA, Salvador, anos 1, n.1, p.5, Jan/Jul, 1992,UNEB,1992, p. 5.
- 6.Idem, p. 9.
- 7.NOGUEIRA, Ataliba. Antonio Conselheiro e Canudos. São Paulo, Nacional, 1978, p.12
- 8.SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. p. 10.
- 9.ALVES, Antonino José, Memória da diligência a Canudos. Acervo CEEC-UNEB,Bahia,pág.1.
- 10.Idem,p. 2.
- 11.Idem,p. 3.
- 12.MONIZ, Edmundo. Canudos: a guerra social, 2, ed.Rio de Janeiro,Elo, 1987, p. 112.
- 13.ALVES, Antonino José. dop. cit. p. 3 e 4.
- 14.TAVARES, Odorico. Canudos cinquenta anos depois, 1947. Salvador: Conselho Estadual de Cultura-Academia de Letras da Bahia Fundação Cultural do Estado da Bahia. Introdução José Calasans, 1993. p. 44.
- 15.FERREIRA, Manuel da Silva Pires. Relatório ao Comando do 2º Distrito Militar. Acervo CEEC-UBEB, Bahia, s/d.
- 16.ALVES, Antonino José. op. cit. pág. 4.
- 17.FERREIRA, Manuel da Silva. op. cit.
- 18.Idem.
- 19.Idem.
- 20.ALVES, Antonino José. op. cit. págs. 6 e 7.
- 21.MONIZ, Edmundo. Obr.cit. pág.114.
- 22.FERRAZ, Renato José Marques, PINHEIRO, j. Carlos da Costa, Santos Neto, Manoel A. dos. Cartilha Histórica de Canudos. Salvador: Universidade do Estado da Bahia - UNEB,Canudos:Prefeitura Municipal, 1991.
- 23.TAVARES, Odorico. op. cit. p. 44.